

3

Entre Becos e Vias - Um Outro Olhar

3.1

O desenvolvimento de uma nova pobreza no Brasil

3.1.1

Pobreza e desigualdade

Sônia Rocha (2006) conceitua a pobreza como um fenômeno complexo, que pode ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de maneira adequada, de modo que torna-se essencial especificar quais são essas necessidades e que nível de atendimento pode ser considerado adequado. Obviamente, esses parâmetros terão de ser relativizados de acordo com o contexto socioeconômico em questão. Assim, “ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (p. 10).

A atual problematização da pobreza, ao contrário do que poderíamos imaginar, não teve origem nos países pobres, e sim nos países desenvolvidos, após a reconstrução do pós-guerra, alertando para as condições de sobrevivência de grupos desprivilegiados. Rocha cita Townsend (1962, In: Rocha, 2006) ao enfatizar o caráter relativo da noção de pobreza: “Minha tese principal é que tanto pobreza como subsistência são conceitos relativos, só podendo ser definidos em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis numa determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades” (p.11).

Quando as discussões acerca da pobreza passaram a contemplar países com diferentes níveis de desenvolvimento social e produtivo, foi possível contrapor à noção de pobreza relativa a noção de pobreza absoluta. Esta última estaria estreitamente ligada às questões de sobrevivência física, ou seja, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital:

“O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos ‘relativamente pobres’ em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos” (Rocha, 2006, p.11).

Em países de economia moderna e monetarizada, grupo no qual se insere o Brasil, a noção de atendimento às necessidades é operacionalizada de forma indireta, via renda. Assim, pobres são “aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade” (Rocha, 2006, p.13). Mas, na prática, existe um consenso de que a estrutura de consumo das famílias é a fonte mais adequada para o estabelecimento de linhas de pobreza.

O Brasil encontra-se numa posição peculiar: de acordo com o valor atingido pela renda *per capita*, o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de onde se pode concluir que a persistência da pobreza absoluta se deve à má distribuição de renda. Entre 1993 e 1995 a renda real dos 10% de indivíduos com os rendimentos mais baixos dobrou, levando a uma significativa diminuição da pobreza absoluta, no entanto essa mudança praticamente não afetou o grau de desigualdade de renda. Nas palavras de Sansone (sem data): “todo mundo está melhor, mas a distância é exatamente a mesma” (p.1).

E esse contexto de distância social entre ricos e pobres causa grande impacto na percepção da desigualdade nas camadas inferiores da sociedade. À ligeira diminuição da pobreza nesse segmento somou-se uma difusão maior da informação, inclusive sobre o que acontece nas outras camadas sociais. Assim temos uma sociedade em que as expectativas das diferentes camadas estão muito próximas, ao passo que a estrutura de oportunidades não acompanha a mesma tendência. Tal cenário, segundo Sansone, “produz um campo fértil e absolutamente problemático para a reavaliação das identidades sociais tradicionais e das estratégias de sobrevivência (p.2)”. E a mesma distância social se mantém também entre os grupos de cor, evidenciando que a cor e a renda estão estreitamente relacionados.

E esta não é uma tendência atual, conforme ressaltam Pastore e Haller (1993). Os autores lembram que, mesmo na época de maior mobilidade social – época de profundas transformações na estrutura social brasileira, com a passagem de uma sociedade essencialmente rural para uma urbana, e com o processo de industrialização, ao longo do século XX, até meados da década de 70 -, houve também um incremento da desigualdade, o que, à primeira vista, pode parecer

paradoxal. Seria natural imaginarmos que a alta mobilidade social tenderia a reduzir a desigualdade. No entanto, o que se observou foi que

“a grande maioria dos brasileiros (de *status* baixo) subiu na estrutura social percorrendo pequenas distâncias, enquanto poucos brasileiros (de *status* médio) percorreram grandes distâncias na estrutura social, saindo, muitas vezes, dos níveis mais baixos da classe média e indo parar no topo da classe alta em apenas uma geração ou até menos” (pp.31-32).

O que ocorreu, portanto, foi um “estiramento” da estrutura social, ou seja, um aumento extraordinário entre o topo e a base da pirâmide social. Assim, o referido paradoxo na verdade nada tinha de paradoxal: “O Brasil permitiu muita mobilidade, aumentou sua classe média e, ao mesmo tempo, tornou-se mais desigual” (Pastore & Haller, 1993, p.32).

A partir da década de 80 houve considerável diminuição nesse dinamismo da ascensão social. De acordo com Pastore & Haller (op.cit), “a estrutura social brasileira está se tornando menos permeável nos dois sentidos. É difícil se movimentar e mais difícil ainda subir na escala social” (p.35).

Gacitúa-Marió & Woolcock (2005) afirmam que, no Brasil, a mobilidade caracteriza-se por ser de curta distância, abrangendo, portanto, classes com origens homogêneas. A existência de uma clara divisão entre os setores manuais e não manuais impede que os trabalhadores não qualificados passem para os setores qualificados e não manuais. “Em resumo, o Brasil é uma sociedade organizada em classes bem demarcadas, com certo grau de fluidez dentro de cada classe, mas com significativa rigidez quando se trata de cruzar fronteiras” (p. 37).

Assim, uma melhor distribuição de renda assumiria um caráter estratégico no Brasil, segundo Rocha (2006), por três razões básicas: por uma questão de justiça social; por ser funcional, tendo em vista as inevitáveis situações de conflito geradas pelo alto nível de desigualdade de renda, em especial nas áreas urbanas e modernas, onde os contrastes são mais críticos; e, por último, porque as oportunidades “naturais” de crescimento econômico são predominantemente concentradoras, exigindo ações específicas do poder público para evitar o agravamento e promover a diminuição da desigualdade de renda.

As informações obtidas através de pesquisas domiciliares (Censo Demográfico ou PNAD) mostram que os estudos sobre distribuição de renda no

Brasil se concentram sobre o nível de desigualdade de renda entre pessoas. No entanto, Rocha (2006) ressalta a importância da repartição intrafamiliar da renda de todos os membros do grupo familiar como determinante do bem estar entre as pessoas, e não apenas o resultado de suas rendas individuais. Assim, a mensuração da pobreza estaria mais associada à renda familiar do que às rendas individuais, uma vez que a família é entendida como “unidade solidária de consumo e rendimento”.

No período entre 1981 e 1999 verificou-se um aumento relativo da desigualdade de renda entre famílias, enquanto a desigualdade entre pessoas diminuiu, o que, segundo Rocha (2006), deve-se ao impacto distributivo desfavorável de famílias menores e mais homogêneas internamente, no que se refere à inserção no mercado de trabalho e ao rendimento decorrente de tal inserção. A desigualdade de renda entre famílias se mostra superior à desigualdade entre pessoas desde 1996. Assim, inferimos que a repartição intrafamiliar não contribui para reduzir a desigualdade original de renda entre os indivíduos, mas, ao contrário, vem agravá-la.

3.1.2

A Heterogeneidade da Pobreza no Brasil

Em um país de dimensão continental como o Brasil, que reúne em seu amplo território características diversas, marcado por diferenças regionais tanto físicas como produtivas e socioculturais, é natural que a situação dos indivíduos e famílias pobres também se apresente de maneira variada.

Ao longo dos últimos 30 anos, com a progressiva urbanização do país, a pobreza tornou-se essencialmente urbana e metropolitana. Hoje, cerca de 80 % dos pobres brasileiros estão concentrados nos centros urbanos.

Apontando para uma “metropolização” da pobreza, Tolosa & Rocha (1993) destacam que a concentração populacional nas metrópoles brasileiras, além do caráter quantitativo, apresenta também peculiaridades qualitativas que diferenciam a população metropolitana da rural. Assim, o habitante da metrópole teria algumas características que o diferenciariam do habitante das cidades menores:

“Pela ótica das relações sociais no mercado de trabalho, o habitante da metrópole depende pouco dos vínculos de família, de amizade e da pequena produção de subsistência, aspectos esses decisivos para a sobrevivência em centros pequenos. Nas metrópoles, a maior exposição aos meios de comunicação e a convivência diária com manifestações internas de desigualdades de renda e de riqueza criam sentimentos de ansiedade e de inconformismo com o *status quo*. Em consequência, o residente metropolitano tende a ser politicamente mais ativo que o habitante das cidades menores” (p.117).

Rocha (2006) destaca que a pobreza rural nordestina difere claramente daquela encontrada nas duas maiores metrópoles brasileiras. No nordeste, o tamanho médio das famílias pobres é maior, e as crianças são mais numerosas. A chefia feminina é relativamente baixa (16 %)¹ e a maioria dos chefes de família é analfabeta (59%). O Estado deixa a desejar como provedor de serviços básicos. Grande parte dos domicílios não possui acesso à rede de água (40%) e esgotamento sanitário (83%), e mais da metade não possui eletricidade (53%).

A pobreza no Rio de Janeiro e em São Paulo está articulada, social e economicamente, ao funcionamento da economia nacional, havendo no meio urbano interação freqüente entre as subpopulações pobre e não-pobre. Em relação às famílias pobres nordestinas, o tamanho das famílias no Rio e em São Paulo é menor e o número de crianças também. O percentual de chefia feminina é elevado (32%) e o percentual de chefes analfabetos, apesar de alto (13%), é consideravelmente mais baixo que o verificado no nordeste rural (59%). O acesso ao abastecimento de água e à eletricidade é praticamente universal, havendo déficits importantes somente com relação ao esgotamento sanitário (29%).

Uma análise da proporção da pobreza por idade mostra que esta afeta principalmente as crianças, já que a proporção de pobres declina com a idade. Na faixa etária até 4 anos, 54,5% das crianças são pobres, enquanto na faixa acima de 60 anos, pouco menos de 16% são pobres.

Os indivíduos de cor preta e parda são os que apresentam maior prevalência entre os pobres. Quanto aos indicadores de educação, podemos perceber que a pobreza ainda está associada a altas taxas de analfabetismo, posto que 70,4% dos analfabetos são pobres.

¹ Os dados estatísticos apresentados em “A heterogeneidade da pobreza no Brasil” têm como fonte pesquisas do IBGE/Pnad, consultados em Rocha (2006).

O baixo nível de renda familiar pode ser explicado pela maior frequência de chefes mulheres, chefes jovens e de baixo nível de escolaridade entre os pobres. Rocha (op.cit) lembra que a chefia feminina ocorre, preponderantemente, na ausência de cônjuge, reforçando a vulnerabilidade da família em termos de taxa de dependência e nível de rendimento.

A repartição da população economicamente ativa e da ocupação por gênero é semelhante entre os pobres e não-pobres. Mas, características da família e também do próprio indivíduo, como baixa qualificação, trazem desvantagens para a inserção produtiva dos pobres, visto que tanto a taxa de participação como a de ocupação são significativamente mais baixas entre os pobres do que entre os não-pobres. Também entre os pobres estão os trabalhadores mais jovens, o que prejudica a escolaridade, constituindo assim um mecanismo de perpetuação da pobreza.

Quase 25% dos pobres ocupados trabalham por conta própria, em geral em atividades de baixa produtividade, com baixos e imprevisíveis rendimentos. Os trabalhadores sem rendimentos representam 23%, e são geralmente membros da família que “ajudam” na atividade principal do chefe ou do grupo familiar, sem rendimentos próprios, o que, segundo a autora, seria expressão dos arranjos informais e do baixo custo de oportunidade do trabalho de membros secundários dessas famílias.

Entre os pobres, a renda do chefe corresponde a 73 % da renda total, enquanto o mesmo índice entre os não-pobres não chega a 70 %. Há também uma menor participação do cônjuge pobre na renda familiar devido à menor inserção no mercado de trabalho, fator que está ligado ao momento do ciclo vital onde é maior a presença de crianças.

De acordo com os dados apresentados por Rocha (2006), as famílias brasileiras são preponderantemente nucleares. Numerosas também são as famílias uniparentais, estando especialmente vulneráveis à pobreza, visto que a maioria delas é chefiada por mulheres, e estas apresentam desvantagens importantes quanto à forma de inserção e ao nível de rendimento obtido no mercado de trabalho.

A autora aponta o acesso a bens duráveis e a alguns serviços públicos como indicadores do nível de bem-estar das pessoas, relativamente independente do nível

de renda. É possível encontrar na maioria dos domicílios pobres, itens como fogão, geladeira e televisão, o que significa que, apesar do baixo nível de renda, os pobres se utilizam de estratégias diversas para garantir a posse de bens duráveis básicos, aproximando-os do padrão de vida dos não-pobres.

Quanto aos indicadores de acesso a serviços públicos básicos, observa-se a quase universalização da energia elétrica e praticamente os mesmos níveis de acesso à água e à coleta de lixo entre pobres e não-pobres, sendo que existem diferenças de atendimento com relação à regularidade da prestação do serviço. Quanto ao esgotamento sanitário, os déficits de atendimento são elevados tanto para pobres quanto para não-pobres, no entanto os pobres encontram-se mais vulneráveis com relação às condições de acesso, resultando em efeitos danosos sobre as condições de saúde, em especial sobre a taxa de mortalidade infantil.

Os diferenciais de acesso a bens duráveis e a serviços públicos são muito pequenos se comparados às respectivas rendas – “a renda média das famílias não-pobres é 5,5 vezes maior do que a das pobres em 1999” (Rocha, 2006, p.154) - de modo que parecem operar no sentido de reduzir as desigualdades nas condições de vida entre as duas subpopulações.

Analisando a situação do pobre no Brasil, de 1992 a 1999 (IBGE/Pnad, In: Rocha, 2006), é possível observar que as maiores modificações em seu perfil dizem respeito a elementos de conforto do domicílio, ligados à posse de bens duráveis e ao acesso a serviços públicos básicos, refletindo uma tendência à universalização do acesso ao bem comum ou serviço, como aparelho de televisão e rede elétrica, por exemplo.

É importante lembrar que o nível de renda média quase não se alterou nesse período e que a melhoria do acesso aos bens duráveis foi possível por outras razões, como, por exemplo, o barateamento desses produtos e as estratégias de aquisição. Da mesma forma, a melhoria do acesso a serviços públicos também não está vinculada à melhoria da renda.

Lívio Sansone (sem data) aponta para o desenvolvimento de uma nova pobreza no Brasil. Ao analisar a evolução da pobreza a partir de estudos

intergeracionais na última década, o autor ressalta a existência tanto de continuidades como de rupturas.

Em pesquisas realizadas na Região Metropolitana de Salvador (1992, 1993, 1997), Sansone observou uma grande diferença entre pais e filhos no que diz respeito ao nível educacional, bem como um maior aumento na escolaridade feminina, proporcionalmente aos homens. O autor atenta para a possibilidade desse incremento na escolaridade feminina nas camadas baixas urbanas ser devido à queda da popularidade do casamento (devido à incerteza de poder depender do trabalho do marido) e ao menor acesso das mulheres a alternativas ao trabalho assalariado.

De acordo com tais estudos, o desemprego nem sempre atinge os menos escolarizados, e os jovens são os mais afetados. O aumento da seletividade do mercado de trabalho acaba por minimizar o efeito do aumento do nível escolar dos jovens. Enquanto os pais acreditam que a formação escolar dos filhos é suficiente, simplesmente porque é superior à deles próprios, os filhos se sentem frustrados em seus sonhos profissionais, o que além de criar conflitos nas famílias, desmotiva a continuidade dos estudos. Assim, afirma Sansone (sem data), a “galera” e a televisão se tornam para estes jovens importantes agências de socialização. Nesse contexto a escola vai, aos poucos, perdendo o sentido.

O autor conta que o motivo pelo qual os pais deixavam os estudos era bastante claro: precisavam ajudar na renda da família, ou trabalhando na terra ou se ocupando em atividades informais. Hoje, constata, dos jovens que abandonam a escola, só a metade o faz para trabalhar e ajudar no orçamento doméstico. A outra metade não sabe explicar o porquê ou como abandonou a escola.

Sansone afirma que a alta taxa de desemprego, sobretudo entre os jovens em busca do primeiro emprego, é ainda maior entre os pobres. Mas a questão do desemprego nos leva ao problema da definição do que se entende por trabalho ou emprego, sobretudo numa população onde grande parte das pessoas trabalha sem carteira assinada. Para o autor, questões como essa, de interpretações altamente subjetivas, interessam e dividem as classes baixas ao longo de linhas ligadas, sobretudo, a faixas etárias e nível escolar:

“Os jovens em geral, e quem tem um nível escolar acima do segundo grau, tendem a dividir mais nitidamente emprego de desemprego e biscate de trabalho/emprego. Estes dois grupos se declaram mais facilmente desempregados do , um estigma. Se eles fazem um biscate, isso é para eles um jeito para sobreviver, na espera do ‘trabalho certo’. Os pais, tendem a definir o que para os filhos seria um biscate, como o ‘trabalho mesmo’, e chegam muitas vezes a utilizar o termo profissão para esse tipo de atividade econômica” (Sansone, sem data, p.6)

Entre os jovens, especialmente abaixo dos 25 anos, a maioria são sub ou desempregados, muitos vivendo numa situação de inatividade à espera de um trabalho que corresponda às suas expectativas ou ao seu nível escolar, deixando de procurar aqueles atribuídos a pessoas pouco ou não qualificadas. Para eles, pior do que depender da baixa renda da família é exercer uma atividade que implique a perda de status entre os amigos ou que não corresponda às expectativas criadas pela escola, a mídia e a turma. Os pais desses jovens são em sua maioria empregados sem carteira assinada, exercendo atividades que aprenderam em condições pré-industriais, com as quais se identificam e que lhes trazem status na vizinhança. Muitos acumulam mais de um trabalho, formando o grupo dos hiper-empregados, em contraste à situação dos mais jovens. Para os filhos, tais atividades são consideradas “biscates”, mal retribuídas e fadigasas.

Os jovens estão mais insatisfeitos com o mundo do trabalho e com a própria existência, enquanto seus pais acreditam ter melhorado as condições de existência, podendo proporcionar aos filhos muito mais do que eles mesmos tiveram quando jovens (casas de tijolo, estudo, alimentação). E essa percepção diferenciada do trabalho leva a diferentes prioridades: enquanto para os pais a posição profissional tem grande importância, para os filhos o mais importante é o consumo. Aqueles acreditam na melhoria horizontal da própria condição econômica enquanto estes acreditam mais na melhoria vertical e individual através da passagem da classe baixa à média.

A pós-modernidade trouxe um aumento da proximidade simbólica entre classes diferentes. Nunca foi tão pequena a distância entre as expectativas de diferentes camadas sociais em termos de qualidade de vida, poder aquisitivo e de qualidade de trabalho. Assim, cresce o número de profissões tidas como indignas nas classes baixas, sendo evitadas pelos mais jovens, levando à inatividade e à

dependência da família. Sansone afirma que, diante deste cenário, uma minoria buscaria alternativas na pequena criminalidade (sobretudo os rapazes) e no mercado matrimonial (sobretudo as meninas).

Em um meio onde o status baseado no emprego é precário, a fonte de status passa a ser o poder aquisitivo, atrelado a um novo padrão de consumo. Segundo o autor, haveria uma correlação entre precariedade ocupacional e procura de status no alto padrão de consumo, o que vai refletir nos mecanismos da paquera e na escolha do(a) companheiro(a).

Em suas pesquisas, grande parte das meninas escolarizadas e moradoras de favelas relata ter dificuldades para encontrar, no local onde moram, homens que consigam satisfazer as suas expectativas em termos de status e consumo, o que, em parte, explicaria a preferência de algumas delas por rapazes envolvidos com a criminalidade.

Segundo o autor, haveria também um crescente número de jovens mulheres insatisfeitas com a vida de “esposa de pobre”, o que se confirmaria através da diminuição do número de casamentos, do aumento relativo dos casais que só “se juntam”, e das mães solteiras desde o nascimento do primeiro filho.

Houve, portanto, uma mudança geral do significado do trabalho na vida das pessoas, especialmente nas classes baixas e para aqueles que não têm profissão valorizada no mercado, de modo que o trabalho cada vez menos define o status e a posição da pessoa na sociedade. Os comportamentos que os pais definem como típicos da juventude não são mais limitados, como em sua geração, por etapas tidas como naturais na vida de um jovem adulto, como o casamento, a gravidez e os filhos. Entre as meninas a recusa da condição proletária se reflete no menosprezo para com a figura da mãe pobre, personagem que reuniria aquilo que elas querem a todo custo evitar:

“A renda de muitos homens que a gente acha, dizem elas, somente dá para viver na pobreza; depois de um tempo eles começam a encher a cara e ficar mais tempo fora de casa até que eles arrumem outra na rua. Para que repetir o que tantas das nossas mães já vivenciaram se estamos numa época de direitos da mulher? Por que se continuar a negar o direito ao prazer, ao amor e ao tempo para si? (Sansone, sem data, p.18)”.

Os meninos, por sua vez, argumentam ser difícil satisfazer as meninas de hoje, demonstrando o que Sansone avalia como um recrudescimento das relações de gênero e uma redefinição das relações de poder nelas: “Hoje em dia não dá mais para achar mulher em se ganhando um salário mínimo. Há mais mulher que nunca que preferem namorar bandido e meninas que só querem curtir” (p.18).

Sansone (sem data) aponta também para a afirmação do baile funk como opção de lazer desses jovens e para a popularização do uso da cocaína, conforme descreve um de seus informantes, morador do Cantagalo: “Antigamente, aqui na favela, dia de domingo os maridos enchiam a cara e a mulher, por desespero, freqüentava a igreja católica. Agora, o marido toma uma linha de cocaína, a mulher vai para a igreja pentecostal” (pp.18-19).

Para o autor, a intensificação de tendências já presentes há dez anos trouxe uma revolução em torno de dois eixos de valores: a noção trabalho/consumo e a noção de reprodução/sexualidade, e é na combinação desses eixos que os jovens desenvolvem novas identidades sociais e novas percepções da desigualdade. As identidades sociais construídas por jovens de classe baixa são hoje mais reflexivas do que há dez anos, mais informadas, “estrategicamente sofisticadas e ‘pensadas’ mais do que simplesmente assumidas e ‘vivenciadas’” (p.10), o que traz conseqüências também para a construção de suas estratégias de sobrevivência dentro de um universo socialmente e territorialmente cada vez mais amplo, menos local. Assim, a popularização do culto ao individualismo e a noção de amor romântico figuram como fatores que podem criar novas contradições para os pobres.

Ao que parece, o desenvolvimento de uma nova pobreza no Brasil tem como característica principal a existência de uma mesma noção de cidadania compartilhada por categorias diferentes da população, o que significa compartilhar valores como trabalho, consumo, lazer, respeito dos direitos individuais e liberdade de escolha individual. E essas novas demandas de cidadania podem levar a contradições e frustrações, à medida que não são acompanhadas por um aumento da possibilidade concreta de satisfazer as expectativas, o que acarreta em uma forte sensação de privação relativa: “Sabendo mais pode até se ter a sensação de poder menos” (Sansone, sem data, p.21).

Pecego (1999) lembra que a compreensão social ou o imaginário social acerca da pobreza é comum a todos os espaços, mesmo que, concretamente, o “ser pobre” no Brasil apresente variações de acordo com as regiões e sub-regiões.

Até o início do século XX a visão da pobreza, tradicionalmente cristã, vinculava a ela um valor positivo, superior, dotando o pobre de uma dádiva espiritual, oferecendo a ele instrumental simbólico para suportar e lidar com a situação miserável de vida. A ascensão dos valores modernos (individualistas) e a exaltação do consumo colaboraram para o enfraquecimento de tal visão da pobreza, favorecendo assim uma concepção na qual noções como falta e carência vão além do âmbito material: “a pobreza agora é tida como infortúnio moral” (Pecego, 1999, p.95).

Tal concepção tem colaborado para a associação entre pobreza e marginalidade, associação esta que acabou sendo compartilhada entre os próprios pobres, através da absorção de um discurso que atribui à pobreza as causas e os efeitos das mazelas sociais a que estamos sujeitos². E nesse contexto, conforme veremos a seguir, mais estigmatizados ainda são aqueles que moram em favelas: “Negros, brancos, ‘paraibas’, ‘baianos’, entre outros atores sociais, são, antes de tudo, pobres, mas são classificados, em geral, pelos formadores de opinião, como pertencentes às ‘classes perigosas’” (Campos, 2005, p.63).

3.1.3 O desenvolvimento da favela

Os primeiros estudos realizados no Rio de Janeiro sobre o espaço urbano e seus personagens populares tiveram como foco o cortiço, considerado no século XIX como o *locus* da pobreza. Era ali que se concentrava a chamada “classe perigosa”, formada por vadios e malandros: “Caracterizado como verdadeiro ‘inferno social’, o cortiço era tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social” (Valladares, 2000, p.7). Foi designado como o espaço de disseminação de doenças e de vícios, sendo

² Ver NAIFF, Luciene A. M. & NAIFF, Denis G. M. A Favela e Seus Moradores: Culpados ou Vítimas? Representações Sociais em Tempos de Violência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 5, no. 2, pp. 107-119, 2º semestre de 2005 (2005).

então denunciado e condenado pelo discurso médico-higienista, o que levou a medidas administrativas, como a proibição da construção de novos cortiços no Rio e a destruição de vários deles (“bota-abaixo”), culminando com a destruição do maior de todos, o “Cabeça de Porco”.

No início do século XX, o desejo de tornar o Rio, então capital do país, mais atraente para o mercado internacional, culminou num plano de reurbanização, desenvolvido pelo engenheiro e prefeito da cidade, Pereira Passos. O ataque às moradias pobres e a seu modo de vida precário foi a medida tomada a fim de pôr em prática o projeto de modernização e saneamento.

Essa forma habitacional foi considerada por muitos estudiosos como a “semente da favela”. Já se notava no interior do “cabeça de Porco” a presença de casebres e barracões, e o projeto de reurbanização do centro da cidade propiciou a ocupação ilegal dos morros no início do século XX. Na origem do processo de favelização encontra-se o Morro da Favela, famoso por abrigar ex-combatentes da guerra de Canudos. Originalmente denominado Morro da Providência, foi rebatizado pelos imigrantes baianos.

Nessa época, grande parte da população pobre era de ex-escravos e seus descendentes, passando pelo difícil momento de ajustamento pós-abolição, e havia ainda um grande fluxo de imigrantes em processo de adaptação. A forma de sociabilidade destes grupos incluía o caráter provisório e improvisado das habitações, além de articulações solidárias entre as famílias. Representando um entrave à modernização, muitas habitações foram demolidas, numa tentativa de se extinguir o que era considerado o foco da desordem e das epidemias. Tal situação levou muitos trabalhadores a se juntarem a outros que já viviam em estruturas improvisadas nas terras marginais do Rio de Janeiro.

A infra-estrutura das cidades fez com que os grupos pobres perdessem seus antigos papéis, muitas vezes ligados à manutenção da casa-grande. Os planos governamentais de modernizar a cidade nos moldes culturais e estéticos europeus, não incluíam os pobres, que tinham que se adaptar aos novos contingentes urbanos como possível. No Rio, muitas famílias pobres, muitos ex-escravos foram se

instalando em antigos sobrados no centro, os cortiços, ou em regiões periféricas ou nos morros, o que logo se chamou de favela.

Assim, os barracos, despossuídos de serviços urbanos, representavam a forma mais barata de moradia na cidade. Também nas zonas sul e norte do Rio mais favelas apareciam nos terrenos desocupados.

“Embora as favelas não tivessem nem mesmo os escassos serviços urbanos e equipamentos sanitários dos subúrbios, geralmente estavam situadas mais perto dos locais de trabalho e ofereciam mais ar e luz do sol do que as casas de cômodos, centrais, porém mais caras. Para uma minoria de pobres urbanos, no início do século XX, as favelas representavam a melhor opção disponível de moradia” (Hahner, 1993, p.188).

Sendo assim, o projeto de modernização não obteve sucesso. As famílias, varridas do centro, se abrigaram nas margens da cidade, longe dos padrões e dos olhares da elite. A diversidade de etnias contribuiu para a riqueza das manifestações culturais e populares. Suas vidas e famílias foram reconstruídas da maneira que lhes foi possível.

“Obrigados a restaurar noções e valores lesados pela experiência da escravidão, os escravos e os ex-escravos recompunham o sentido de família em direções amplas, estendendo-as das células nucleares para o contexto de grandes parentelas, mobilizadas por meio de hierarquias e de vínculos religiosos, de parentescos de fundo étnico ou aqueles forjados no tráfico e nas quais os designativos *pai, mãe, tia* eram utilizados em relações que superavam as da simples consangüinidade” (Wissembach, 1998, p.123).

Outro fator importante nesse contexto foi a intensificação do processo de industrialização no século XX, que colaborou para o aumento da migração do campo para a cidade, aumentando o número de famílias pobres em situação precária nos centros urbanos, bem como a impressão de desordem, e tornando ainda mais evidente a desigualdade:

“O temor social, que nas épocas anteriores à abolição provinha da figura dos escravos, em suas rebeldias domésticas, suas revoltas coletivas e ligações pontuais com a plebe urbana, espraia-se agora na direção de figuras multifacetadas de diferentes etnias e composições de mestiçagem, que iam do branco estrangeiro ou nacional pobre, passando pelo mulato e chegando ao negro retinto, localizados indistintamente nas moradias coletivas e nos cortiços, nas áreas insalubres da cidade, invadindo cotidianamente as ruas, os mercados e as praças públicas” (Wissembach, 1998, p.92).

Costa (1979) lembra que, para que o projeto de modernização na virada do século XX fosse posto em prática, era preciso contar com o apoio irrestrito da classe

dominante, que até então receava a perda do seu poder, representando uma potência resistente a ser combatida pelo Estado em consolidação.

“Para tal, o governo contou com os aparatos científicos, em franco desenvolvimento na época, intervindo diretamente na família ao alegar a ignorância desta para inúmeras atividades e responsabilidades que assumia até então” (Pecego, p.22, 1999).

O cotidiano foi reconstruído em nome da saúde. Uma vez incorporados nas classes dominantes, os novos hábitos higiênicos estariam aos poucos sendo disseminados ao longo de toda a sociedade. O Estado passou a contar cada vez mais com a elite, que se empenhava neste movimento para o progresso: a modernização. Nas famílias pobres, o controle era mais punitivo do que educativo, até porque muitas vezes as intervenções das autoridades nesta população não eram docilmente aceitas, como por exemplo, a Revolta das Vacinas, em 1904.

A pobreza representava, portanto, um empecilho ao projeto modernizador, e foi através de formas violentas que algumas medidas higiênicas foram tomadas com relação às populações pobres. O escravo representou o primeiro desafio sanitário, tendo em vista a dificuldade de se convertê-lo à ordem médica, sem abrir mão das injustiças que a sociedade lhe reservava. Buscava-se modificar alguns de seus hábitos, mas sem alterar a sua posição social e os seus ideais de mudança.

Essas experiências mostraram que a remoção da população pobre do território das elites nem sempre é possível ou traz o resultado desejado. O discurso excludente torna-se, então, fundamental na segregação social, de modo a assegurar uma diferenciação, numa tentativa de se impor uma ordem normativa. Atualmente há uma crescente interdependência entre diferentes camadas, levando as elites a tolerar essa proximidade indesejada da massa trabalhadora: “A vizinhança, tão renegada, tornara-se cumulativa, tão necessária quanto incontornável, próxima mas arredia (...)” (Marins, 1998, p. 213). Assim, as famílias abastadas contam com a mão-de-obra dos pobres, numa dinâmica que garante o estilo de vida de uns, e a sobrevivência de outros.

3.1.4

A favela vista de outro ângulo

Em cem anos de evolução da favela, podemos dizer que muitos daqueles mecanismos de dominação e segregação continuam presentes ainda hoje. Também no imaginário social pouca coisa mudou. Na prática, entretanto, podemos identificar algumas mudanças, ou mesmo constatações, quase que imperceptíveis aos olhos da maioria. Nesse sentido, Brum (2003) mostra o quanto a definição de favela oferecida atualmente pelo IBGE não mais condiz com a sua realidade, tornando-se mesmo inadequada. A favela é definida como “aglomerado subnormal (favelas e similares) é um conjunto constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (p.1).

De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, em 2000, nas três maiores favelas do Rio, os dados sobre a quantidade de domicílios atendidos por rede geral de água não condizem com tal definição. A Maré tem quase a totalidade dos seus domicílios atendidos: 99,9%, e a Rocinha e o Complexo do Alemão com, respectivamente, 97,3% e 97,9%. O mesmo ocorre com os índices relativos à coleta de lixo: Na Rocinha, 99,9% dos domicílios são atendidos, na Maré, 94,9% e no complexo do Alemão, 99,3%.

Curiosamente, dados levantados pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1997 (IPLANRIO) apontaram que as dez favelas cariocas com melhores índices de qualidade de vida registravam indicadores acima da média de toda a cidade. Enquanto o Rio apresentava 3,9% de água inadequada, nas favelas este índice era de 2,62%. Quanto à taxa de esgoto e coleta de lixo inadequados, o Rio também sai na frente, com 2,1 e 2,7 pontos percentuais acima da média das favelas.

Assim, a favela não pode continuar a ser definida por uma suposta ausência de serviços públicos, bem como por ocupações irregulares, visto que muitas delas já conseguiram o título de propriedade, e as construções ilegais de residências de classe média e alta são ocorrências cada vez mais noticiadas pela imprensa.

O próprio termo “favela” já não comporta, por si, a complexidade e a variedade de tipos com os quais nos deparamos atualmente.

“Existem favelas e favelas, e mesmo dentro de cada uma as variações entre suas partes, áreas, sub-áreas, microáreas, é enorme. Vemos então que o termo favela na verdade, em que pese a aparente evidência do que significa, pode abranger localidades que apresentam tantas distinções quantas são as favelas do Rio de Janeiro” (Brum, pp.3-4).

Perlman (1987) chama a atenção para o fato de muitas das idéias que permeiam o imaginário popular a respeito das favelas estarem equivocadas. Uma dessas idéias errôneas diz respeito ao tipo de pessoa que habita a favela. Para ilustrar tal pensamento, cita o trecho de um documento de 1968 da Fundação Leão XIII:

“As famílias chegam do interior, puras e unidas – por vias legais ou não – em uniões estáveis. A desintegração começa nas favelas, como consequência da promiscuidade, dos maus exemplos e das dificuldades financeiras. As crianças presenciam o ato sexual; moças jovens são seduzidas e abandonadas; engravidam e não sentem vergonha... A cachaça e as drogas abafam as frustrações, as humilhações e a deficiência de alimentos, características da vida na favela. A noite pertence ao crime... Na calada da noite escutam-se os gritos de socorro, mas ninguém tem coragem de acudir, com medo de tornar-se a próxima vítima... A polícia raramente penetra na favela e, nesses casos, só em grupos” (p.41).

A autora descreve aquilo que denominou “o mito da marginalidade”, uma extensa variedade de estigmas que marcam o favelado, e que constituiria a “sabedoria convencional”:

“Além de serem acusados de colapso social, crimes e prostituição e de difícil adaptação, são considerados parasitas da economia, gastando os recursos vitais de serviços sem dar nada em troca. Finalmente, presume-se, do lado da esquerda como da direita, que se tornem uma ameaça violenta e radical, visto que suas frustrações e comparações invejosas com a riqueza em seu redor se transformam em ódio, canalizado contra o sistema político, se não na primeira geração, com certeza na segunda” (p.42).

Uma outra idéia errônea diz respeito aos motivos que levam as pessoas a viverem em favelas. Perlman (op.cit) destaca que, apesar de muitos deles estarem ali por serem excluídos da habitação formal ou do mercado de trabalho devido à escassez de renda ou de conhecimentos especializados, outros tantos ali estão por opção. Não seriam poucas as famílias que teriam outras opções para moradia, mas não o fazem a fim de minimizar as despesas de habitação, maximizando assim outros valores, como estilo de vida, proximidade do mercado de trabalho, educação, entre outros.

Quanto à natureza dos assentamentos informais, a autora afirma que as favelas são altamente organizadas em si mesmas, bem como perfeitamente integradas ao resto do sistema de habitação. É muito comum o aluguel, sublocação ou arrendamento de moradias nessas áreas. Segundo Perlman (op.cit), não são poucos aqueles que contam com unidades destinadas à locação, tendência que vem aumentando nos últimos anos, com a crescente saturação tanto da cidade como da periferia.

A imagem da “habitação padrão” constitui um outro fator indutor de idéias errôneas sobre a favela. Fatores como a proximidade do local de trabalho, segurança, serviços urbanos como água encanada, eletricidade e esgoto representam prioridades que estão acima do aspecto físico da moradia tida como padrão e idealizada por setores do governo responsáveis por projetos de habitação popular.

Diante dessas constatações podemos concluir que boa parte dos discursos acerca da favela carece de informações concretamente fundamentadas. Assim, hoje como no início do século XX, ainda nos deparamos com uma série de medidas voltadas para a favela e que supostamente beneficiariam a sociedade como um todo, mas que na verdade pouco contribuem para o suprimento das reais necessidades da população favelada.

3.2

Família e casamento nas camadas pobres da população

3.2.1

A família pobre nas abordagens históricas

O historiador Luciano Figueiredo (1995) realizou um estudo sobre a família mineira no século XVIII, utilizando como fonte as devassas³ episcopais, que consistiam em registros de denúncias feitas a visitantes que percorriam o estado

³ Figueira cita as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707*, fl. 1056 (livro V, título 39 [Das Devassas]), que definem tal prática: “as devassas a que o direito chamou inquirições são uma informação do delito, feita por autoridade do juiz ex-offício. Foram ordenadas para que não havendo acusador não ficassem os delitos impunidos (...)”.

vigiando e punindo aqueles que transgredissem as normas de conduta exigidas pelos rigorosos padrões cristãos.

Assim pôde observar que, entre os diversos “crimes” apontados, aqueles associados à vida familiar sobressaíam, tais como: a coabitação, violências no domínio conjugal, paixões pelas parceiras, celebração de batizados de filhos de relacionamentos consensuais, dentre outros.

Sem regulamentação legal ou religiosa, este tipo de organização familiar era associado à desordem moral e à desorganização. E esta era a forma de organização que caracterizava a vida familiar dos grupos populares.

A necessidade da família legítima foi um dos grandes paradigmas da ordem colonial. Nesta época, os chamados “tratos ilícitos” entre homens e mulheres estavam entre os crimes mais investigados e punidos. Esses crimes eram investigados a partir de denúncias feitas por testemunhas convocadas pelo visitador, pertencentes aos grupos intermediários da sociedade mineradora. No entanto, mesmo com toda esta vigilância, as mais variadas formas de relacionamento entre casais pareciam multiplicar-se. Igreja e Estado uniram-se então na luta pela disseminação e preservação da família legítima, e para tanto “cabia disciplinar não apenas os papéis sociais, mas também os afetos e a carne” (Figueiredo, 1995, p. 21).

Já nos primeiros anos de colonização portuguesa no Brasil, é possível notar o esforço do Estado e da Igreja no sentido de estimular a formação de famílias legais e evitar o relacionamento afetivo entre portugueses e a população nativa. Enquanto a Igreja o fazia através do incentivo às uniões entre portugueses e órfãs ou meretrizes, a fim de se evitar o pecado e aumentar a população, “no serviço de Deus”, o Estado tratava de enviar ao Brasil mulheres punidas pelo degredo. O objetivo comum era aumentar o contingente de mulheres brancas na colônia e assim formar núcleos familiares de origem portuguesa. No entanto, estas medidas não foram suficientemente eficazes para se alcançar os fins desejados, de modo que as uniões livres teriam não apenas se generalizado, como também teriam sido marcadas logo cedo pela miscigenação, tornando a família legítima, formada por casais brancos, um projeto cada vez mais distante.

Com o desenvolvimento da mineração em Minas Gerais, no século XVIII, mais especificamente após a montagem do aparelho administrativo e a definição da urbanização do território, medidas mais consistentes teriam sido tomadas em prol da família legítima. A carta de D. João V ao então governador D. Lourenço de Almeida nos dá uma noção da estreita relação entre a legitimação da família e a manutenção do poder do Estado:

“Procureis com toda a diligência possível, para que as pessoas principais, e ainda quaisquer outras tomem o estado de casados, e se estabeleçam com suas famílias reguladas na parte que elegeram para sua vocação, porque por esse modo ficarão tendo mais amor à terra, e maior conveniência do sossego dela, e conseqüentemente ficarão mais obedientes às minhas reais ordens, e os filhos que tiverem do matrimônio os farão ainda mais obedientes (...)” (Laura Vergueiro, 1981, In: Figueiredo, 1995, p.26).

Assim como em Portugal, o casamento possuía também uma dimensão política. O reduzido número de mulheres brancas de origem portuguesa, e em idade de casar, se mostraria um forte obstáculo à vontade do Rei, o que levou o governador a sugerir a proibição das idas de mulheres do Brasil para serem freiras em Portugal, proposta aceita dez anos mais tarde, devido à lentidão da burocracia.

“Hei por bem ordenar que todo o Estado do Brasil não venham mulheres para esse Reino sem licença minha. Sendo-me presentes os motivos por que no Brasil não há mais crescimento de gente, em grande prejuízo do aumento e povoação daquele Estado, sendo a principal causa dessa falta o grande excesso, que há, em virem para esse reino muitas mulheres, com o pretexto de serem religiosas, violentadas por seus pais, ou mães, constringendo-lhes as vontades, que deviam ser livres para elegerem estado, de que resulta faltarem essas mulheres o matrimônio, que convém aumentar no Brasil (...)” (*Coleção Cronológica de Leis Extravagantes...*, 1819, In: Figueiredo, 1995, p.27).

Mas essas medidas voltavam-se para as “valiosas mulheres brancas”, já que o desequilíbrio entre elas e os homens de mesma condição os levava a manter relações com mulheres negras ou mulatas. O objetivo era preservar a pureza de classe dos “homens bons”, já que esta representava também um critério para o acesso a cargos de importância política. O poder metropolitano no governo deveria ser representado por homens brancos:

“Dessa forma ficarão aqueles ofícios dignamente ocupados e poderá conseguir-se que os homens daquele país procurem deixar descendentes não defeituosos, impuros, vendo que de outro modo não podem alcançar, nem para si,

nem para os seus, os empregos de maior distinção e honra das terras em que vivem...” (Figueiredo, 1995, p.29, In: C. R. Boxer, 1963, p.187) ⁴.

Entre os grupos sociais “desorganizados” e “desobedientes” não se poderia pretender a pureza racial, de modo que as autoridades trabalhavam no sentido de difundir a prática do matrimônio sob a legitimação da Igreja. Uma vez que o patriarcalismo incidiu de forma atenuada em Minas, o governo se viu obrigado a ter de estender o seu controle sobre os sistemas de alianças e parentesco nas classes mais baixas.

Ainda sob os efeitos da reforma católica e do Concílio de Trento, no século XVIII a Igreja fazia enorme esforço para afirmar-se institucionalmente. A difusão dos sacramentos representou, assim, um elemento essencial na disseminação do cristianismo, tendo o casamento posição de destaque entre eles. A indissolubilidade e estabilidade do vínculo conjugal, além de assegurar a reprodução da espécie, ligaria os povos à terra, ordenaria os afetos e disciplinaria a sexualidade. Mas para que isso ocorresse, era preciso não só difundir o matrimônio, mas também combater o concubinato. Para tanto, o clero local atuava permanentemente, cuidando tanto da assistência espiritual quanto do controle das condutas morais das populações. Mas mesmo assim muitos não deixavam de cometer o “delito”. Para o clero era impossível controlar tamanho contingente em situação de união consensual. Além disso, muitos casos de indisciplina entre os clérigos contribuíram para a desmoralização desta classe, que perdia assim sua credibilidade e poder de persuasão.

Somando-se a isso, havia a dificuldade da maioria da população em arcar com as despesas cobradas pela Igreja para a realização dos casamentos. Como a população era extremamente móvel, tornava-se difícil providenciar e custear as inúmeras certidões a fim de afastar os impedimentos ao matrimônio. O pagamento do pároco para a celebração da cerimônia tornava o casamento extremamente caro e, portanto, inacessível. Impossível também era estender o matrimônio à população escrava, visto que isso esbarrava na exigência de certa autonomia, inexistente entre pessoas que viviam sob a tutela de um proprietário.

⁴ (Ata do Conselho Ultramarino de 25 de setembro de 1725, sugerindo ao rei que fosse proibido aos homens de cor o exercício de cargos nas câmaras municipais).

Figueiredo (1995) argumenta que todo esse rigor institucional da Igreja para a administração do casamento acabava por jogá-la num paradoxo. Ao mesmo tempo em que intervinha maciçamente na vida familiar, não possibilitava, através de mecanismos adequados, que a população sem recursos usufruísse dos sacramentos cristãos. As uniões extraconjugais denunciadas nas devassas perpassavam, portanto, as camadas populares e as intermediárias, fazendo do concubinato a relação familiar típica destes setores.

Segundo o autor, a incapacidade da Igreja de reestruturar as exigências para a realização do matrimônio, adaptando-se às características da realidade colonial, condenou ao fracasso o projeto de disseminação da família legítima entre a população mineira. Mesmo temendo represálias, a população aprendeu a resistir “pela força de seu cotidiano”. Neste cenário, as visitas foram pouco eficazes para uma normalização dos comportamentos. Além das razões já mencionadas, o autor conta que não eram muitas as delatações feitas pelas testemunhas, apontando como uma das possíveis causas para isso a não adesão popular à repressão dos comportamentos afetivos e familiares que contradiziam a moral cristã. Ele afirma ainda que a crença exagerada, por parte da Igreja, na transmissão de normas e valores da cultura dominante para a cultura das classes populares demonstra um desconhecimento daquela a respeito do exercício de formas de resistência desses grupos.

A conjugalidade na sociedade mineira colonial, de um modo geral, não se enquadrou nos ditames religiosos, adequando-se às exigências do cotidiano. Fatores como a instabilidade social e a rotatividade de grande parte da população masculina tornavam difícil a manutenção do matrimônio conforme o modelo institucionalizado.

Era inexpressivo o número de casamentos envolvendo ao menos um dos cônjuges na condição de escravo. Tendo em vista a marcante presença desta população na sociedade mineira daquela época, somadas às dificuldades anteriormente citadas, conclui-se que nunca foi alta a proporção de casamentos legítimos envolvendo esses grupos.

Entre os escravos urbanos, que possuíam certa autonomia, era comum que se estabelecessem uniões consensuais que escapavam ao controle do proprietário. Nas

regiões rurais era possível ainda que se constituíssem famílias de escravos, que eram preservadas também como unidade de comércio.

Para os proprietários, era mais desejável promover relacionamentos consensuais entre os cativos, visto que sua dissolução não configuraria um problema, do que arcar com a indissolubilidade do casamento cristão e lidar com seus efeitos possivelmente negativos. Ao mesmo tempo, a separação de escravos casados através da venda era condenada, inclusive pela Igreja.

Citando Leite (1985, In: Figueiredo, 1950), Figueiredo afirma que as famílias ricas induziam os casamentos de seus escravos domésticos para dar continuidade aos serviços, mas impediam os casamentos dos demais a fim de evitar a diminuição do seu valor de venda.

Neste contexto, os casamentos entre escravos sofriam contradições decorrentes da implantação de um modelo cristão de família. Era impossível ao marido exercer sua plena autoridade, tal qual predizia o modelo cristão de família, se sua esposa fosse escrava. Isso comprometia a sobrevivência do casamento e gerava violentos conflitos em família. Nestes casos, a força do senhor sobre suas propriedades se sobrepunha ao poder da Igreja.

O modelo de casamento que inspirou a Igreja na regulamentação desse sacramento na colônia tinha como preceito fundamental a indissolubilidade. Mas a realidade social no Brasil colônia, marcada profundamente pela escravidão e pela extrema mobilidade da população, era completamente diversa da européia, de modo que não somente a prática do casamento, mas também seu caráter pretensamente indissolúvel, não se generalizaram. Assim, a noção de casamento nas camadas populares se tornou muito suscetível às exigências materiais e aos desejos imediatos.

Com a incapacidade da Igreja de superar suas contradições em função da difusão do casamento, foi impossível que ele se legitimasse como instituição. Desse modo, a conjugalidade nas camadas mais empobrecidas possuía normas muito flexíveis, que em geral iam contra a moral cristã, como por exemplo, a separação de domicílios, de corpos, a prática do adultério e violências.

Segundo Figueiredo (1995), a violência conjugal ameaçava diretamente a estabilidade do matrimônio, visto que muitas vezes acarretava em abandonos (do

marido ou da esposa), ou no estabelecimento de novas relações, os concubinatos. Para a Igreja, estes acontecimentos preocupavam mais pela perturbação à paz e à continuidade conjugal do que pela violência em si. Isso explica a preocupação dos visitantes em combater as rugas e tensões no domínio conjugal.

O autor conta que eram inúmeros os casos dos maridos que maltratavam ou até deixavam suas esposas para viver com suas escravas, de forma que estas, sim, recebiam o carinho e devoção que nunca dedicaram às primeiras. “Definitivamente, parecia que o sentimento inquieto do amor em Minas Gerais não encontrava seu lugar no casamento” (Figueiredo, 1995, p.90). As esposas ficavam, então, em posição extremamente vulnerável, suscetíveis não só à violência mas também ao descaso dos maridos. Quando do conhecimento das visitas pastorais, esses homens eram punidos, multados e tinham de assumir o compromisso de voltar a cumprir com suas obrigações conjugais, livres de violências. Conforme vimos anteriormente, não havia a intenção, por parte da Igreja, de proteger as esposas vítimas, mas sim de preservar o caráter indissolúvel do casamento cristão. Mas o real temor da Igreja passava pela figura da mulher, “gênero tão propenso ao pecado”. Assim, caberia ao homem a administração do casamento, “pelo perigo a que expõe a sua mulher de pecar e ofender a Deus vendo-se maltratada e oprimida” (AEAM, Devassas, 1730-1, fl 21 v-79, In: Figueiredo, 1995).

As especificidades da vida cotidiana em Minas colonial levaram a uma não legitimação social do caráter indissolúvel do casamento, do qual a Igreja não abria mão. Muitas separações definitivas ocorreram, algumas por iniciativa da mulher, escapando ao controle legal, e passando a ser julgadas pela moral da comunidade. Nestes momentos, eram de suma importância o apoio do grupo familiar e a rede de solidariedade da vizinhança. Era comum que mulheres separadas voltassem a viver com os pais ou com vizinhos amigos que a protegessem da ira dos maridos. Um outro motivo que justificava a separação era a existência de doença contagiosa.

Muitas esposas resistiam à reaproximação dos maridos, mostrando-se independentes, o que não condizia com a imagem de submissão feminina esperada pela moral cristã. Quando não havia evidências de tensões conjugais, essas mulheres eram condenadas pela sociedade como pecadoras e desviantes. Aquelas que optavam

pela separação sem que os motivos fossem considerados legítimos eram tidas como “vagabundas”, “escandalosas meretrizes”, “adúlteras” (Figueiredo, 1995), ao passo que depreciação semelhante não ocorria com os maridos que agiam dessa mesma forma.

A essas separações geralmente se seguiam uniões consensuais, de forma que, aqueles que já eram perseguidos por serem separados, sofriam nova perseguição por contraírem união não legitimada religiosamente. Ainda assim o concubinato representava uma opção muito mais próxima da vida cotidiana, pois era mais imediata, menos dispendiosa e desligada de obrigações burocráticas e institucionais, configurando deste modo um inimigo “implacável” para a Igreja.

Em estudo sobre a família na sociedade paulista do século XIX, Samara (1987-88) pôde perceber uma íntima relação entre casamento, cor e grupo social, donde conclui que os matrimônios se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição sócio-econômica ocupada. Os casamentos representavam, nesta época, uma opção apenas para certa parcela da população, ficando circunscritos aos grupos de origem e unindo interesses entre a elite branca. No entanto, a fusão de grupos sociais e raciais continuou a ocorrer paralelamente, através das uniões esporádicas e da concubinação.

Embora entre as camadas mais pobres a escolha do cônjuge obedecesse a critérios menos seletivos e preconceituosos, mesmo nesses casos os matrimônios eram mais comuns entre componentes de um mesmo estrato social ou étnico. Os arranjos matrimoniais eram, portanto, realizados segundo critérios e valores morais, implícitos a cada grupo social.

A validade dos casamentos desiguais ou mistos era duramente contestada a fim de se garantir a harmonia conjugal, conforme podemos perceber através do discurso de D. Francisco Manoel de Melo, publicado em Lisboa, em 1747, e transcrito por Samara (1987-88):

“uma das coisas que mais podem assegurar a futura felicidade dos casados, é a proporção do casamento. A desigualdade no sangue, nas idades, na fazenda causa contradição, discórdia. E eis os trabalhos por donde vem. Perde-se a paz, e a vida é um inferno. Para a satisfação dos pais convém muito a

proporção do sangue; para o proveito dos filhos, a da fazenda; para o gosto dos casados, as idades”⁵.

Apesar de legalmente permitidos no Brasil após a independência, essas uniões entre “pessoas desiguais” continuavam a ser desaconselhadas e criticadas, o que não significa que deixassem de ocorrer, mas, pelo contrário, as duras críticas sugerem uma persistência incômoda.

Conforme foi visto, eram estimuladas as uniões entre iguais, ou seja, entre aqueles pertencentes à mesma religião, mesma classe social, mesma nacionalidade. Mas com o passar do tempo ficou mais escassa a oferta de cônjuges elegíveis, o que estimulou a fusão de grupos, provocando alterações no quadro social.

Segundo Samara (1987-89), este contexto não favorecia a eleição do amor como estímulo para o casamento, de modo que este aparecia mais como consequência da vida em comum. Em sua análise de testamentos, a autora encontrou mais comumente referências à estima, dedicação e gratidão do que especificamente ao amor do casal. Carinho e amor eram mais relevantes nos casamentos dos mais pobres, onde os padrões de moralidade eram mais flexíveis e pouco havia a se dividir, o que pode explicar a maior facilidade com que se desfaziam as uniões entre esses indivíduos, já que a separação ou um novo concubinato não teriam graves repercussões.

Willems (1954) chama a atenção ao fato de que, para as classes pobres, a instituição familiar não é desenvolvida em torno da propriedade particular, característica das classes médias e altas. A ausência de maiores interesses econômicos em torno da união matrimonial facilitaria o acordo entre as famílias.

Azevedo (1966) fala acerca da preferência das classes baixas por uniões conjugais consensuais em meados do século XX. Segundo o autor, o concubinato era mais freqüente nesse estrato devido ao alto custo do casamento oficial, seja ele civil ou religioso, sendo este também considerado pouco necessário para a estabilização do laço conjugal. Em estados como a Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, cujas economias estiveram fortemente ligadas à escravidão, os índices de uniões livres apresentavam-se mais elevados.

⁵ Melo, D. Francisco Manoel de, Carta de guia de casados, Coimbra, Oliveyra Impressor, 1747 p. 8 e 9, Em: Samara, 1987-88, p. 96.

O autor também atribui às classes baixas um maior índice de separações, apontando como um dos fatores de influência na estabilidade conjugal a freqüente migração de um dos cônjuges, geralmente das áreas rurais para as regiões metropolitanas. Nesses estratos a virgindade não era tão valorizada como nas classes superiores, e o recasamento era encarado de maneira menos conflituosa.

Para Azevedo (op.cit), fatores como a experiência do trabalho escravo, as dificuldades econômicas e o analfabetismo se mostraram decisivos na produção de diferenças de comportamento entre a classe baixa e as demais.

3.2.2

Um novo olhar sobre a família pobre

O modelo de família patriarcal apresentado por Gilberto Freyre aparece como uma das primeiras e principais representações do que se procurava formular como “família brasileira”. A família era definida como “constituída por um grupo extenso formado pelo patriarca, sua mulher, concubina, filhos e vasta rede de parentesco e agregados (...)” (Diogo, 1989, p.12). Tal modelo referia-se à sociedade agrária da época e era instituído sempre a partir da visão de um grupo de elite, sendo visto como a forma de organização familiar predominante, de modo que, mesmo quando não existia como prática, geralmente nos estratos sociais mais baixos, o mesmo se fazia presente, levando Freyre a denominá-los como grupos “parapatriarcais”, “semipatriarcais” ou “antipatriarcais”. Este modelo aparecia ainda como um ideal absorvido pela sociedade, a ser atingido: “sempre que possível, isto é, quando ascendiam socialmente, os indivíduos dos estratos mais baixos realizavam o modelo de família patriarcal” (Diogo, 1989, p.13).

A estrutura patriarcal começa a ser compreendida como indo além dos domínios da família e passa a ser considerada como matriz daquela sociedade em formação. Posteriormente vai assumir o caráter peculiar da família brasileira e, conseqüentemente, de toda a organização social.

Para Mariza Corrêa (1994), a referida obra de Gilberto Freyre favoreceu uma visão simplificada da sociedade colonial, como se tudo se restringisse à casa-grande

ou à senzala, ao senhor ou ao escravo. Sendo este o modelo tradicionalmente utilizado como parâmetro, todos os outros modos de organização familiar, quando abordados, apareciam como subsidiários dele. Para a autora, aqueles que se contentam com os modelos dominantes para compreender o todo social estariam, além de iludidos, contribuindo, também violentamente, para a continuidade de uma história de dominação, e reproduzindo uma compreensão da sociedade à imagem e semelhança do modelo dominante.

Corrêa (1994) exemplifica algumas das diversidades sociais que também faziam parte da vida colonial, como por exemplo, a distribuição do trabalho agrário, cuja complexidade não poderia se restringir à descrição da vida do engenho. É possível constatar grande diversidade no próprio engenho, que incluía, além de escravos, senhores, trabalhadores assalariados livres, técnicos do trabalho do engenho, comerciantes, “agregados”. A autora ressalta que pode se tornar nociva uma noção de família referida unicamente ao modelo patriarcal, contribuindo na prática para a marginalização de outras alternativas familiares. A família patriarcal existiu e foi importante, mas não consistiu o único modelo familiar.

“Não se está sugerindo a inversão do processo e o estudo do ‘desorganizado’ ou do ‘inorgânico’ (...) como parâmetro da constituição da sociedade brasileira, mas parece importante dar conta da existência de uma tensão permanente entre os impositores de uma ordem pré-definida e aqueles que resistem cotidianamente” (Corrêa, 1994, p.37).

Essas reflexões nos levam a questionar também as generalizações feitas a respeito da família conjugal moderna. Se considerarmos que esta deriva da família patriarcal, supomos que o processo de industrialização e urbanização vem sempre acompanhado por um processo paralelo de redução, racionalização e triunfo do individualismo. Corrêa argumenta que a identidade entre os processos econômicos de uma determinada época e os processos sociais decorrentes não é automática. Para suportar as pressões do mundo capitalista, talvez as redes de relações tivessem de ser mais extensas, especula a autora. Assim, não podemos, afirmar que as formas de organização familiar sigam este padrão determinista, sem antes fazer um exame das possibilidades de articulação dos fatores econômicos, sociais e políticos subjacentes a essa sociedade.

Devemos, portanto, fugir das simplificações que retratam a família patriarcal rural e a moderna família conjugal urbana como extremos, que não levam em conta a complexidade dos fatores envolvidos no desenvolvimento da sociedade brasileira. É importante ressaltar que este processo não se deu de maneira uniforme ou unilateral. A massa das camadas inferiores não aguardava passivamente as imposições de uma classe que possuía o poder de ditar as normas, mas resistia cotidianamente, gerando uma tensão permanente. Por isso, a autora fala da impossibilidade de se escrever a história da família brasileira, já que o panorama em questão é muito mais rico, de modo a fazer coexistir dentro do mesmo espaço social várias formas de organização familiar.

Sabemos que o papel da família patriarcal é uma referência obrigatória no estudo da sociedade brasileira, mas a dimensão e os limites por ela assumidos devem ser discutidos. Ela surge como representação de família enquanto um grupo estruturado numa hierarquia, uma estrutura de relações entre desiguais, e a sua abrangência para outros estratos ou classes sociais é bastante criticada por diversos autores, dentre os quais Ângela Almeida e Roberto DaMatta e, conforme foi visto, Mariza Corrêa.. No entanto, este mesmo modelo continua sendo legitimado pela sociedade, mesmo que em condições adversas à sua realização, de modo que, aquelas situações onde não pode ser concretizado são, em referência a ele, definidas negativamente: "'solteirona', 'mãe solteira', 'mulher abandonada', 'mulher que sustenta a casa'" (Almeida, 1987).

Emilio Willems (1954) levanta a possibilidade da existência de variações estruturais da família em função da classe social a qual pertence. Assim, as condições concretas de vida diferem de acordo com as diferentes classes sociais, o que pode levar a diferentes configurações estruturais da família, tanto no plano associativo quanto no ideológico. Para Willems (op.cit) as classes pobres não seguem exatamente os mesmos modelos da cultura dominante, havendo, portanto, restrições na caracterização da “família brasileira” como um todo. Somam-se a isso as diferenças entre as regiões do país e com relação a alguns hábitos culturais. Por exemplo, segundo o autor, nas classes baixas há pouco tempo de namoro e quase não existe noivado, e as limitações financeiras fazem com que haja uma predominância do

casamento religioso sobre o civil, que além de dispendioso perde um pouco sua significação quando não estão em jogo interesses econômicos. Deste modo, famílias de classes sociais diversas podem ser atingidas de maneiras distintas pelos efeitos das tensões e pressões advindas de processos sociais como a urbanização, a industrialização e a comunicação de massas. Nesse sentido, é importante que a incompatibilidade entre uma estrutura em transformação e os estereótipos correntes sobre a família não seja confundida com "desorganização" ou "desintegração".

Em consonância, Bilac (1979) reconhece a importância que os processos de industrialização e urbanização têm sobre a família, mas ressalta que tais processos ocorrem em determinadas estruturas sociais, que por sua vez possuem características específicas.

A autora considera a família "como um dos componentes de um dado sistema social, interagindo com outras instituições, outros grupos sociais, afetando-os e sendo por eles afetada" (p. 19). Sendo assim, toma a família como unidade de convivência, onde as relações entre pais e filhos, esposas e esposos, envolvem várias dimensões afetivas, culturais, etc. Portanto não se deve reduzir a sua problemática à questão econômica, mas, por outro lado, a situação de carência econômica faz com que "o peso dos fatores econômicos seja decisivo na tomada de decisões relativas ao destino do grupo doméstico" (p. 88).

Mello (2003) chama a atenção para os sintomas de etnocentrismo ou de preconceito que fazem da família pobre seu alvo principal. Quando o assunto é criminalidade, "as famílias das classes populares estão no banco dos réus" (p. 52). Esta família é declarada incompetente e seus membros adultos desqualificados culturalmente. Ela incorpora assim o papel de bode expiatório para aplacar a ansiedade gerada pela insegurança decorrente do crescimento da violência. A pobreza aparece então como a origem das ameaças de ruptura com os projetos de vida e de assunção social das classes médias.

A autora atenta para a importância de se delimitar o espaço conceitual ao se trabalhar a compreensão da família. É necessário abandonar as pretensões de universalidade, pois *a família* enquanto abstração não existe. As representações da família não são idênticas, daí a necessidade de se qualificar de que família estamos

falando, posto que são possíveis variações de acordo com o país, região, estrato social, momento histórico, etc. E mesmo quando falamos em famílias das camadas populares urbanas no Brasil, ainda estamos diante de uma grande generalização.

Mello (2003) ressalta ainda que as referências da literatura às populações das camadas mais pobres da população como padecendo de uma desorganização familiar acentuada sugerem a existência de uma família organizada, padrão de ordem e harmonia. Esta tem como modelo a família nuclear monogâmica, composta de mãe zelosa, pai provedor e filhos bem cuidados. A existência desses modelos, argumenta, não representaria problema se estes não fossem tomados como padrões a partir dos quais são medidos os desvios, sendo então internalizados como produtos ideológicos, e tornando-se um dos fundamentos políticos de atribuições de caráter negativo e estigmatizante.

Ao invés de desorganização, a autora fala de polimorfismo familiar. Quando observamos mulheres que cuidam dos filhos sozinhas, homens acometidos pelo alcoolismo ou doenças psicossomáticas como fruto da desesperança, jovens que logo substituem o provedor de sustento nas tarefas que dependem de força física, figuras como tias, avós, irmãs, que assumem o papel materno quando a mãe vem a faltar. Todas essas situações nos falam de formas diferentes de organização, que atendem às necessidades subjacentes, o que, de maneira alguma, significa desorganização.

3.2.3

A família pobre urbana na atualidade

Estudos recentes realizados com as camadas populares ratificam a concepção de que as relações conjugais e familiares nesses segmentos possuem algumas características diversas daquelas encontradas nas camadas média e alta. As abordagens históricas falam pouco das famílias pobres. A família patriarcal, de certa forma, já incluía estes grupos, que participavam de sua manutenção, mas não eram tidos como famílias independentes.

Nesses segmentos as unidades domésticas sofrem freqüentes alterações devido às rupturas a que estão sujeitas durante seus ciclos de desenvolvimento. Em

função dessas rupturas, é possível se estabelecer uma relação entre as condições socioeconômicas e a estabilidade familiar, conforme atesta a literatura sobre famílias pobres no Brasil (Angier, 1990; Macedo, 1979; Bilac, 1978).

Sem desconsiderar ou minimizar o fato de que a ideologia patriarcal, assim como a redistribuição dos aspectos emocionais implicados na alocação de papéis sexuais atingem os indivíduos independentemente de sua localização na estrutura social, Salem (1980) atenta para o que há de específico na inserção feminina segundo as distinções de classe. Dessa forma, sustenta que "os condicionamentos de classe das mulheres faveladas propiciam a maximização da intensidade dos processos inerentes à condição feminina" (p.94), o que trará consequências também para o âmbito conjugal.

A autora aplicou a técnica de história de vida a 17 mulheres moradoras da Rocinha, com o objetivo de investigar como era pensada e construída a identidade feminina nesses estratos, chegando ao que denominou de "dupla determinação", a insidir sobre aquelas mulheres: a de classe e a de gênero.

A família apareceu como a esfera prioritária de identificação feminina. Assim, elas só conseguiam se definir *na* ou *através da* família, seja como filha, esposa ou mãe. Sua inserção no mundo está sempre intermediada por figuras familiares, como pais, marido ou filhos. Sob esta mesma perspectiva, o homem foi representado como "sujeito de sua existência", como "portador de vontade própria", vindo a ser mais liberto, com maior capacidade para prover sua subsistência, e menos comprometido com a família, já que, segundo os depoimentos, não se preocupa com os cuidados cotidianos dos filhos e abandona a mulher facilmente para ficar com outra.

Para as entrevistadas, a vida em família implica em um menor controle pessoal da mulher sobre sua própria existência, uma vez que fica submetida ao controle dos pais ou maridos, havendo ainda a responsabilidade com a criação dos filhos. No entanto, este fato não leva a uma idealização, por parte dessas mulheres, do domínio público. Este só se configura vantajoso quando realizado pelo homem. Elas se atribuem características que não as capacitam a atuar neste domínio, como

fraqueza e pouca coragem. Mesmo quando desempenha atividades extradomésticas, a identidade principal da mulher continua se localizando no âmbito doméstico.

A figura masculina é proeminente na estrutura hierárquica familiar, e a ela é delegado o amparo emocional e econômico do grupo. Assim, a família aparece como instância protetora para essas mulheres. A relação entre homem e mulher caracteriza-se, portanto, como relação entre tutelador e tutelado. “É como se o fracasso e o desamparo de sua classe ficassem corporificados, respectivamente, na figura do homem e na da mulher” (Salem, 1980, p.77).

A avaliação que a mulher pobre faz do casamento corresponde à imagem que faz do homem, de modo que, quando a avaliação é negativa, ela tende a culpá-lo, eximindo-se de qualquer responsabilidade sobre os infortúnios, ao passo que, se a avaliação é positiva, tende a atribuir ao homem os ganhos alcançados, subestimando a sua própria contribuição. Citando Rodrigues (1978, p.69 In: Salem, 1980), Salem sustenta que “o homem é o crivo pelo qual a interação entre ela e o mundo se dá”.

A mulher percebe o rumo de sua existência como escapando ao seu controle, como sendo exterior a ela, delegando ao homem o papel de direcionar e ordenar a sua própria vida. Quando, por abandono real ou de ordem figurativa, o homem não desenvolve o que dele é esperado, esta lacuna é preenchida pela indeterminação, quando o imponderável e a sorte se somam aos já existentes condicionamentos de classe. Por mais que a figura masculina seja, na maioria das vezes, ausente, ela continua a ser representada como “o elo de intermediação entre a mulher e o mundo extradoméstico”. Aqui é possível estabelecer uma relação entre esta realidade, na qual a identidade feminina se encontra atrelada ao espaço doméstico, e a ideologia patriarcal.

Salem (op.cit) ressalta que as consequências da separação para a mulher favelada são mais drásticas, já que ela não costuma recorrer a instâncias impessoais, como a do direito. Assim, a possibilidade de receber a pensão alimentícia que lhe caberia fica à mercê da vontade ou da possibilidade do homem e, na maioria das vezes, não se concretiza. Por isso, dificilmente a separação é cogitada por elas que, mesmo insatisfeitas, optam por permanecer em uniões que asseguram a sua subsistência e a dos filhos.

Quando o homem se afasta fisicamente (situação vivenciada pela maioria das entrevistadas), a mulher se vê numa situação em que tem de assumir o papel de chefe de família, tornando-se a principal, quando não a única responsável pelo sustento do grupo. Frequentemente este fato se repete diversas vezes numa mesma família, que se vê seguidamente abandonada por um único ou diferentes homens.

A autora fala agora sobre a "dupla indeterminação" que permeia o cotidiano dos pobres. Em virtude de suas condições de existência, as camadas mais baixas da população tendem a recorrer à categorias mágicas, à sorte, ao destino, ao acaso como recursos cognitivos e explicativos (as camadas mais favorecidas também as utilizam, porém menos, comparativamente). Este seria a primeira indeterminação. A segunda indeterminação se dá quando o homem não corresponde à expectativa que nele é depositada, deixando de cumprir a função que lhe é delegada. Nesta situação a mulher se vê desamparada, pois se defronta com sua privação enquanto classe.

Segundo Sarti (2003), as relações familiares entre os pobres seguem um padrão tradicional de autoridade e hierarquia. Existe hierarquia entre homem e mulher, adultos e crianças, de modo que as relações entre eles são pouco ligadas ao utilitarismo urbano. A autora afirma que, nestes casos, o conflito entre família e individualidade existe, mas é pouco acentuado, prevalecendo o todo (a família) sobre as partes (os indivíduos).

As fronteiras entre o masculino e o feminino são reafirmadas através de regras que demarcam a hierarquia familiar, implícitas na convivência cotidiana. Assim o homem assegura seu lugar de autoridade, lugar que, fora do domínio familiar, não lhe pertence. Enquanto trabalhador e pobre, mas com a incumbência de prover o sustento da família, é sobre o homem que recai mais fortemente o peso do fracasso quando o dinheiro não é suficiente. “Assim é que na tentativa de ‘conferir dignidade ao cotidiano sem relevo’ destacam-se as qualidades morais que sustentam o *homem que é homem* nas situações de dificuldade, estruturais em suas vidas (Sarti, 2003, p. 61). À mulher cabe administrar os ganhos do marido, de modo que “*apesar de pouco, o dinheiro dê*”.

Como autoridade moral, o homem garante a respeitabilidade da família, fator que torna a sua presença algo de extrema importância para o grupo familiar. À mulher

cabe a tarefa de manter a unidade do grupo. A autoridade feminina está vinculada, portanto, à valorização da mãe e ao controle do dinheiro, independentemente de "quem" traz o dinheiro para casa.

Quando o homem deixa de cumprir o seu papel de provedor, sua autoridade é seriamente abalada, assim como sua respeitabilidade perante os familiares, de modo que estes buscarão em outros homens da rede familiar um substituto para esta figura de autoridade masculina. mesmo assumindo o papel masculino de provedor, muitas vezes a identificação do homem com a autoridade moral não se altera. É comum que as diversas atribuições masculinas no núcleo familiar sejam executadas por diferentes figuras, como ocorre, por exemplo, nos casos de separação conjugal, quando um exerce a função paterna enquanto o outro, a de provedor.

As mulheres chefes de família contam com o auxílio da rede familiar para a manutenção de seu grupo doméstico. É comum que o filho mais velho assuma a função de chefe da família. Do mesmo modo, os papéis femininos podem ser deslocados para outras mulheres da família, como a filha mais velha ou as avós. Nos casos de separação, a rede familiar mais ampla passa a assumir o exercício do papel originalmente conjugal. Daí a importância das avós, do irmão da mãe.

"As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, levam a desencadearem-se arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, para viabilizar a existência da família, tal como a concebem" (Sarti, 2003, p. 66).

Endossando a atribuição do caráter holístico como predominante nas relações familiares das classes baixas, Velho (1994) afirma que, nestas, a importância do todo sobressai à do indivíduo, apesar da tensão entre valores hierarquizantes e individualistas característica da atualidade.

No entanto, em pesquisa realizada com famílias de baixa renda da favela de Vigário Geral, Kallas (1992) constatou a existência do ideal de família conjugal dos segmentos medianos presente nos segmentos populares, ainda que, nesses últimos, outras formas de associação conjugal se façam legítimas em resposta à precariedade das condições de vida. Semelhantemente, Pecego (1999) também encontrou no ideal de família de uma comunidade pobre da zona sul do Rio de Janeiro padrões que prezam a intimidade familiar e a privacidade de seus membros.

Em suas observações num bairro popular de São Paulo, Mello (2003) pôde constatar a importância dos laços familiares nas camadas populares, sendo a família o núcleo que concentra e dá ordem à sociabilidade. A autora encontrou grandes aglomerados familiares, formados pelos membros de uma mesma família, e percebeu que mesmo os casais mais jovens preferiam não se afastar do espaço familiar. Ela ressalta que, apesar de fundamental, esses aglomerados não são mantidos somente pela dependência afetiva. Eles responderiam aos esquemas de mútua dependência, onde a troca permanente de serviços e o apoio constante são essenciais no enfrentamento das agruras do dia-a-dia, como as épocas de escassez, as doenças e o desemprego. E este não é um privilégio daqueles que podem contar com o grupo familiar. Muitas vezes os vizinhos se encarregam de complementar esta “rede de sustentação mútua” para os momentos de necessidade aguda, momentos estes bastante freqüentes.

Ao se questionar sobre a natureza do sentimento que predomina nestes momentos, a autora conclui que ele se aproxima mais do “*conhecimento da verdadeira dimensão da carência, fruto de uma experiência real de ajuda*”, do que meramente uma solidariedade por nós idealizada. A natureza da solidariedade real é outra:

“É nascida da experiência comum de necessidades vitais minimamente supridas. Não é sentimental, mas dura como a vida que levam. Não se manifesta com alarde, mas é calada, apegada à sobrevivência. É feita de contradições, pois é calculista e impulsiva, quase instintiva e essencialmente humana” (Mello, 2003, p. 54).

Sarti (1996) afirma ainda que, apesar da diversidade de organizações domésticas propiciada pela vida na favela, ainda existe a presença, mesmo que imaginária/simbólica, de uma representação familiar calcada em ideais românticos presentes nas concepções modernas de família das classes médias e altas. E o não cumprimento desses padrões é por eles vivenciado como insucesso pessoal.

Mas essa noção de família idealizada também se reveste de significado prático quando a vislumbramos como, em última instância, fonte de recursos materiais, além de morais, a fim de garantir a sobrevivência.